

# **Comissão de Gestão de Florestas públicas**

## **Proposta de Regimento Interno**

### **CAPÍTULO I**

#### **DA FINALIDADE E OBJETIVOS**

##### **Seção I**

##### **Da criação e finalidades**

Art. 1º A Comissão de Gestão de Florestas Públicas, instituída pela Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, com a composição e o funcionamento definidos pelo Decreto nº 5.795, de 5 de junho de 2006, possui como finalidade a função de exercer, na esfera federal, as atribuições de órgão consultivo da gestão de florestas públicas e, especialmente:

- I – assessorar, avaliar e propor diretrizes para gestão de florestas públicas da União;
- II – manifestar-se sobre o Plano Anual de Outorga Florestal - PAOF da União;
- III – exercer as atribuições de órgão consultivo do Serviço Florestal Brasileiro - SFB.

### **CAPÍTULO II**

#### **DA ORGANIZAÇÃO DA COMISSÃO DE GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS**

##### **Seção II**

##### **Da estrutura**

Art. 2º Integram a Comissão de Gestão de Florestas Públicas:

- I – o Plenário; e
- II – a Secretaria-Executiva.

Art. 3º A Comissão de Gestão de Florestas Públicas terá a seguinte composição:

- I – Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, que a presidirá;
- II - o Diretor-Geral do SFB, que substituirá o presidente em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares;
- III - um representante de cada um dos seguintes Ministérios:
  - a) da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
  - b) da Ciência e Tecnologia;
  - c) da Defesa;
  - d) do Desenvolvimento Agrário;
  - e) do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
  - f) do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- IV - um representante de cada uma das seguintes entidades e organizações:
  - a) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
  - b) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;
  - c) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA;
  - d) Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA; e
  - e) Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente – ANAMMA;

- f) Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Madeira e Construção -CONTICOM;
- g) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG;
- h) Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB;
- i) Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais - SBEF; e
- j) Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC; e

V - um representante de cada um dos seguintes setores indicados pelo Fórum Brasileiro de Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento -FBOMS:

- a) movimentos sociais;
- b) organizações ambientalistas; e
- c) comunidades tradicionais;

VI - três representantes da Confederação Nacional da Indústria - CNI.

§ 1º Os membros, titulares e suplentes, dos órgãos e entidades serão indicados pelos dirigentes máximos de suas organizações e designados pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente.

§ 2º As funções dos membros da Comissão não serão remuneradas e o seu exercício é considerado de interesse público relevante, com precedência, na esfera federal, sobre quaisquer cargos públicos de que sejam titulares.

§ 3º Caberá ao SFB exercer as funções de Secretaria-Executiva da Comissão.

§ 4º O Presidente da Comissão poderá convidar especialistas para participar de reunião plenária para subsidiar tomada de decisão.

Art. 4º A participação na Comissão é considerada função de natureza relevante, não remunerada.

### Seção III

#### Do funcionamento da Comissão

Art. 5º A Comissão de Gestão de Florestas Públicas reunir-se-á com a presença da maioria de seus membros, em caráter ordinário, pelo menos duas vezes por ano, e, extraordinariamente, sempre que for convocada por seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de pelo menos um terço de seus membros, e decidirá por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente, além do voto pessoal, o de qualidade.

§ 1º As reuniões da Comissão serão registradas em atas, que deverão ser disponibilizadas na Rede Mundial de Computadores – Internet.

§ 2º As reuniões ordinárias terão seu calendário anual fixado na última reunião do ano anterior.

§ 3º A agenda das reuniões ordinárias e respectivos documentos serão enviados aos membros com antecedência mínima de dez dias da data previamente fixada.

§ 4º As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de dez dias, com a disponibilização, no mesmo prazo, da pauta e documentos.

§ 5º Os prazos estabelecidos nos §§ 3º e 4º deste artigo podem ser reduzidos para até cinco dias úteis, na hipótese de inequívoca urgência da matéria, devidamente justificada.

§ 6º É facultada a presença dos suplentes nas reuniões e poderão fazer uso da palavra mediante solicitação dos titulares.

§ 7º É permitida a inscrição de observadores limitada às condições de espaço físico, podendo fazer uso da palavra, por solicitação de um membro titular e aprovada pelo Plenário.

§ 8º A deliberação do Plenário será suspensa, a qualquer tempo, e a pedido de qualquer membro, caso não se verifique a presença da maioria absoluta dos membros da Comissão.

Art. 6º A matéria a ser submetida à apreciação do Plenário deve estar prevista em pauta e constituir-se-á de:

- I - proposição: quando se tratar de matéria florestal a ser encaminhada a instâncias competentes dos Poderes Executivo e Legislativo;
- II - recomendação: quando se tratar de manifestação acerca da implementação de políticas, programas públicos e normas com repercussão na área florestal; e
- III - moção: quando se tratar de manifestação, de qualquer natureza, relacionada com a temática florestal.

Art. 7º As reuniões ordinárias terão suas pautas encaminhadas previamente, respeitando determinações e sugestões estabelecidas em reuniões anteriores, referendadas pelo Presidente, delas constando, necessariamente:

- I - abertura;
- II - apresentação de informes, discussão e votação de ata de reunião anterior;
- III - apresentação à mesa, por escrito, de requerimentos de urgência, de inversão de pauta, de vista ou de retirada de matérias;
- IV - discussão e deliberação das matérias da ordem do dia;
- V - tribuna livre;
- VI - encerramento.

§ 1º A inversão de pauta dependerá da aprovação de dois terços dos presentes.

§ 2º Novos temas de pauta poderão ser incluídos, desde que aprovados pela maioria do Plenário no ato da aprovação da pauta.

Art. 8º A deliberação das matérias da ordem do dia obedecerá:

- I - o Presidente apresentará o item incluído na agenda e dará a palavra ao relator que relatará o seu parecer, escrito ou oral;
- II - terminada a exposição, a matéria será posta em discussão; e
- III - encerrada a discussão far-se-á a votação.

§ 1º O Plenário buscará sempre que possível o consenso.

§ 2º A votação será encaminhada pelo Presidente e a aprovação se dará com a concordância de cinquenta por cento mais um dos votos.

§ 3º Realizada a votação, qualquer membro poderá apresentar declaração de voto, cujo teor será registrado em ata.

Art. 9º É facultado a qualquer membro requerer vista, uma única vez, devidamente justificada, de matéria ainda não votada desde que aprovado por um terço membros.

§ 1º A matéria objeto de pedido de vista deverá ser restituída, acompanhada de parecer escrito, no prazo de quinze dias, o qual poderá ser prorrogado por mais quinze dias.

§ 2º Quando mais de um membro da Comissão pedir vista, o prazo será utilizado conjuntamente.

§ 3º Na hipótese de descumprimento do prazo, o parecer será desconsiderado.

§ 4º Após o início da votação da matéria, não serão concedidos pedidos de vista ou aceitos pedidos de retirada de pauta.

§ 5º Não será concedido pedido de vista à matéria que já tenha recebido essa concessão.

§ 6º Nos casos de matérias que tramitam em regime de urgência, o pedido de vistas deverá ser aprovado pela maioria simples dos membros.

#### Seção IV

##### Dos grupos e sub-grupos de trabalho

Art. 10. A Comissão poderá criar grupos e sub-grupos de trabalho, para analisar, estudar e apresentar propostas sobre as matérias de sua competência, mediante prévio entendimento sobre a viabilidade operacional e financeira, com o Conselho Diretor do SFB.

§ 1º Os grupos e sub-grupos de trabalho terão caráter temporário e estabelecerão, em sua primeira reunião, o cronograma e a data de encerramento dos seus trabalhos, que obedecerão o prazo máximo de seis meses, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa de seus coordenadores.

§ 2º As reuniões dos grupos e sub-grupos de trabalho poderão ser realizadas, em caráter excepcional, fora do Distrito Federal, em território nacional, mediante solicitação formal de seus coordenadores e a critério do Conselho Diretor do SFB.

§ 3º Poderão ser utilizados mecanismos de reunião não presencial desde que não seja impedimento a participação de membros dos grupos e sub-grupos de trabalho.

§ 4º A participação dos membros não indicados para os grupos e sub-grupos de trabalho é livre e as despesas relativas a hospedagem e diária, correrão à conta dos mesmos.

Art. 11. O coordenador de grupo de trabalho será um membro da Comissão, indicado por seu Presidente, podendo ser designado para integrar o grupo de trabalho qualquer membro da Comissão, bem como especialistas indicados.

Art. 12. O coordenador do grupo de trabalho deverá indicar, na primeira reunião, um relator que será o responsável pelo registro e encaminhamento ao Conselho Diretor do SFB, no prazo de até cinco dias úteis, os resumos das reuniões com as propostas discutidas e as apresentações técnicas.

Parágrafo único. As reuniões do grupo e sub-grupo de trabalho serão registradas de forma sumária com descrição das propostas, em documento assinado pelo respectivo coordenador, que apresentará a matéria à Comissão.

## Seção V

### Das atribuições dos membros da Comissão

Art. 13. Compete ao Plenário da Comissão:

I – avaliar e manifestar-se sobre o PAOF.

II - acompanhar a execução das ações de gestão de florestas públicas e do PAOF;

III - apoiar os acordos e pactos entre os entes federados para implementação da gestão de florestas públicas;

IV – propor diretrizes e acompanhar a atuação do SFB no âmbito de suas competências;

V - estabelecer orientações, diretrizes, deliberações normativas e moções, pertinentes aos seus objetivos e atribuições;

VI - incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na gestão de florestas públicas; e

VII – submeter o regimento interno da Comissão e suas alterações à aprovação do Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Art. 14. Ao Presidente incumbe:

I - convocar e presidir as reuniões do Plenário, cabendo-lhe, além do voto pessoal, o de qualidade;

II - ordenar o uso da palavra;

III - submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário, intervindo na ordem dos trabalhos, ou suspendendo-os sempre que necessário;

IV - assinar:

a) deliberações da Comissão e atos relativos ao seu cumprimento;

b) atas aprovadas nas reuniões;

V - submeter à apreciação do Plenário o relatório anual;

VI - delegar atribuições ao Conselho Diretor do SFB, quando necessário;

VII - zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento tomando, para este fim, as providências que se fizerem necessárias; e

VIII - informar aos membros as providências tomadas para os encaminhamentos deliberados pela Comissão.

Art. 15. Aos membros da Comissão incumbe:

- I - comparecer às reuniões para as quais forem convocados os titulares e, no impedimento destes, seus respectivos suplentes;
- II - participar das atividades, com direito à voz e voto do titular e em seu impedimento, seu respectivo suplente;
- III - debater e deliberar sobre as matérias em discussão;
- IV - requerer informações, providências e esclarecimentos ao Presidente;
- V - participar dos grupos e sub-grupos de Trabalhos para as quais forem indicados;
- VI - apresentar relatórios e pareceres, nos prazos fixados;
- IX - tomar a iniciativa de propor temas e assuntos à deliberação do Plenário, sob a forma de propostas de recomendações, proposições ou moções;
- X - propor questões de ordem nas reuniões do Plenário;
- XI - solicitar a verificação de quorum; e
- XII - observar em suas manifestações as regras básicas da convivência e do decoro.

### CAPÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. Caberá ao SFB prover o apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos da Comissão, exercendo as atribuições de Secretaria-Executiva da Comissão.

Art. 17. O Conselho Diretor do SFB poderá, excepcionalmente, de acordo com a disponibilidade orçamentária, cobrir integral ou parcialmente os gastos de viagem, alimentação e hospedagem dos membros da Comissão, mediante solicitação justificada.

Art. 18. É proibido a qualquer membro titular ou suplente da Comissão atuar em atividades remuneradas pelo SFB.

Art. 19. Os casos omissos e as dúvidas neste Regimento Interno serão resolvidos pelo Presidente, *ad referendum* do Plenário.

Art. 20. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.